

CONCURSO UNIFICADO PI

CONCURSO NACIONAL UNIFICADO - PIAUÍ - PI

SASC-PI- Assistente Social

EDITAL Nº 02/2026

CÓD: SL-051JL-26
7901183001255

Lingua Portuguesa

1. Leitura e interpretação textual. Leitura, compreensão e interpretação de textos	9
2. Estruturação do texto e dos parágrafos	13
3. Articulação do texto: pronomes e expressões referenciais, nexos e operadores sequenciais.....	16
4. Significação contextual de palavras e expressões.....	18
5. Equivalência e transformação de estruturas.....	21
6. Linguagem verbal e não verbal: ícone, índice e símbolo	22
7. Modalizadores discursivos	24
8. Sintaxe e construção frasal. Sintaxe: processos de coordenação e subordinação. Sintaxe do período simples e composto	25
9. Pontuação	29
10. Concordância nominal e verbal	32
11. Regência nominal e verbal	35
12. Pronomes: emprego, formas de tratamento e colocação; Funções das classes de palavras	40
13. Morfologia e estrutura das palavras. Estrutura e formação de palavras	50
14. Flexão nominal e verbal; Emprego de tempos e modos verbais	55
15. Norma-padrão da língua portuguesa.....	58
16. Ortografia oficial	58
17. Acentuação gráfica.....	62

Noções de Informática

1. Hardware e componentes computacionais. Hardware: dispositivos de armazenamento, memórias e periféricos	75
2. Sistemas operacionais.....	80
3. Sistemas Operacionais Windows/Linux: conceito de pastas, diretórios, arquivos e atalhos. Área de trabalho e área de transferência. Manipulação de arquivos e pastas. Uso dos menus, programas, aplicativos e interação com o conjunto de aplicativos. Extensões e arquivos.....	81
4. MSOffice M365 (Word, Excel, PowerPoint, OneDrive e Sharepoint). Editor de textos. Estrutura básica dos documentos. Edição e formatação de textos. Cabeçalhos, parágrafos, fontes, colunas, marcadores simbólicos e numéricos. Tabelas e impressão. Controle de quebras e numeração de páginas. Legendas, índices, inserção de objetos, campos predefinidos e caixas de texto. Planilhas eletrônicas. Estrutura básica das planilhas. Conceitos de células, linhas, colunas, pastas e gráficos. Elaboração de tabelas e gráficos. Uso de fórmulas, funções e macros. Impressão, inserção de objetos, campos predefinidos, controle de quebras e numeração de páginas. Obtenção e classificação de dados externos	92
5. Correio eletrônico. Uso de correio eletrônico. Preparo e envio de mensagens. Anexação de arquivos	102
6. Ferramentas de comunicação e reuniões on-line. Microsoft Teams. Google Meet. Zoom.....	105
7. Internet e navegação. Internet, intranet e extranet. Protocolos e serviços. Sítios de busca e pesquisa na internet. Conceitos de URL, links e sites. Navegadores: Mozilla Firefox e Google Chrome. Navegação, busca e impressão de páginas na internet	109
8. Computação em nuvem.....	114
9. Redes sociais	115
10. Tecnologia da informação e segurança da informação.Tecnologia da informação e segurança de dados. Princípios de segurança, confidencialidade e assinatura digital. Procedimentos de segurança. Ferramentas de segurança (antivírus e firewalls). Malwares e ataques	118
11. Backup	122
12. Tecnologias emergentes no setor público. Conceitos básicos de inteligência artificial. Técnicas de prompts.....	123

Conhecimentos Regionais do Estado do Piauí

1. História, geografia, cultura, ética, política e economia do Estado do Piauí	129
--	-----

Conhecimentos Específicos SASC-PI - Agente Socioeducativo

1. Fundamentos da socioeducação; Execução das medidas socioeducativas; Atendimento socioeducativo.....	137
2. Plano Individual de Atendimento	140
3. Rotinas das unidades socioeducativas	143
4. Segurança institucional	146
5. Procedimentos operacionais; Observação, acompanhamento e registro de ocorrências; Elaboração de registros funcionais.....	149
6. Disciplina e convivência institucional.....	153
7. Gerenciamento e mediação de conflitos	156
8. Comunicação não violenta.....	159
9. Justiça restaurativa	159
10. Ética no serviço público	162
11. Atendimento humanizado	163
12. Relações interpessoais; Trabalho em equipe multiprofissional	166
13. Desenvolvimento humano	169
14. Desenvolvimento da criança e do adolescente.....	173
15. Saúde mental	174
16. Dependência química	177
17. Primeiros socorros	180
18. Gerenciamento de crises	199
19. Prevenção da violência institucional.....	202
20. Diversidade, equidade e inclusão	205
21. Direitos da população LGBTQIA+	208
22. Relações étnico-raciais.....	211
23. Reintegração familiar e comunitária	214
24. Reinserção social.....	217
25. Noções de segurança preventiva	220
26. Noções de gerenciamento de riscos	223
27. Noções de defesa pessoal institucional	226
28. Técnicas de abordagem, contenção e uso diferenciado da força, observados os princípios da legalidade, necessidade, proporcionalidade e razoabilidade	228
29. Legislação Socioeducativa e Direitos Humanos: Constituição Federal: princípios fundamentais.....	231
30. Direitos e garantias fundamentais	232
31. Administração pública	243
32. Proteção integral à criança, ao adolescente e ao jovem.....	249
33. Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990); Promoção dos direitos da criança e do adolescente.....	250
34. Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.....	290

ÍNDICE

35. Medidas socioeducativas	294
36. Direitos Humanos aplicados ao atendimento socioeducativo	295
37. Doutrina da Proteção Integral.....	298
38. Regras de Beijing.....	300
39. Regras de Havana.....	300
40. Diretrizes de Riad.....	300
41. Convenção sobre os Direitos da Criança.....	300
42. Convenção Americana sobre Direitos Humanos.....	309
43. Lei Federal nº 9.455/1997.....	321
44. Lei Federal nº 13.869/2019.....	322
45. Lei Federal nº 13.146/2015.....	325
46. Políticas Públicas: Política Nacional de Assistência Social (PNAS).....	343
47. Sistema Único de Assistência Social (SUAS).....	344
48. Lei Federal nº 8.742/1993 (Lei Orgânica da Assistência Social — LOAS)	347
49. Lei Federal nº 8.080/1990 (Sistema Único de Saúde — SUS)	358
50. Portaria GM/MS nº 1.082, de 23 de maio de 2014 e Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017 (no Anexo XVII) (Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei — PNAISARI).....	370
51. Lei Federal nº 12.594/2012 (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo — SINASE).....	374
52. Políticas públicas de educação, profissionalização, cultura, esporte, lazer e inclusão social; intersectorialidade das políticas públicas.....	386
53. Questões	390
54. Gabarito	392

Legislação e Ética no Serviço Público

1. Legislação aplicada ao serviço público: Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD); Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Lei de Acesso à Informação (LAI)	393
2. Ética no serviço público	414
3. Ética e função pública	415
4. Ética e moral: definição e distinção; Valores, virtude, honestidade, integridade, decoro e zelo no serviço público: conceitos.....	415
5. Ética, democracia, cidadania e o papel do servidor público	419
6. Princípios da Administração Pública aplicados à ética: Princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência; Aplicação dos princípios éticos na Administração Pública.....	420
7. Legislação Interna: Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Piauí); Lei Complementar nº 28/2003 (Lei Orgânica da Administração Pública do Estado do Piauí); Constituição do Estado do Piauí, de 05 de outubro de 1989.....	424

LINGUA PORTUGUESA

LEITURA E INTERPRETAÇÃO TEXTUAL. LEITURA, COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades essenciais para que a comunicação alcance seu objetivo de forma eficaz. Em diversos contextos, como na leitura de livros, artigos, propagandas ou imagens, é necessário que o leitor seja capaz de entender o conteúdo proposto e, além disso, atribuir significados mais amplos ao que foi lido ou visto.

Para isso, é importante distinguir os conceitos de compreensão e interpretação, bem como reconhecer que um texto pode ser verbal (composto por palavras) ou não-verbal (constituído por imagens, símbolos ou outros elementos visuais).

Compreender um texto implica decodificar sua mensagem explícita, ou seja, captar o que está diretamente apresentado. Já a interpretação vai além da compreensão, exigindo que o leitor utilize seu repertório pessoal e conhecimentos prévios para gerar um sentido mais profundo do texto. Dessa forma, dominar esses dois processos é essencial não apenas para a leitura cotidiana, mas também para o desempenho em provas e concursos, onde a análise de textos e imagens é frequentemente exigida.

Essa distinção entre compreensão e interpretação é crucial, pois permite ao leitor ir além do que está explícito, alcançando uma leitura mais crítica e reflexiva.

O PROCESSO DE LEITURA

A leitura é uma atividade que vai além da decodificação de palavras. Ela envolve a interação entre o leitor, o texto e o contexto. O leitor, ao entrar em contato com o texto, traz consigo um repertório prévio que inclui conhecimentos linguísticos, culturais e experiências pessoais, elementos que influenciam diretamente sua capacidade de interpretar. O texto, por sua vez, apresenta informações organizadas em uma estrutura lógica, que podem ser explícitas ou implícitas. Já o contexto refere-se ao ambiente ou situação em que a leitura ocorre, o que também impacta a interpretação.

Um bom leitor é aquele que consegue relacionar esses três elementos, identificando não apenas o significado literal das palavras e frases, mas também os sentidos implícitos, as intenções do autor e os elementos subjacentes que complementam a mensagem textual.

► A Importância da Leitura Crítica

Além da compreensão literal, a leitura crítica envolve questionar o texto, identificar possíveis vieses, entender o ponto de vista do autor e considerar as implicações das informações apresentadas. Um leitor crítico não apenas entende o texto, mas também reflete sobre ele, formando opiniões fundamentadas.

A leitura e a interpretação de textos são habilidades essenciais que envolvem a identificação precisa de palavras, expressões, frases e parágrafos. Esses elementos, quando bem compreendidos, permitem ao leitor não apenas captar o significado do texto, mas também interagir com ele de forma reflexiva e crítica. Desenvolver essas competências exige prática constante e um olhar atento para as nuances da linguagem, tornando o ato de ler uma experiência enriquecedora e transformadora.

CONCEITO DE COMPREENSÃO

A compreensão de um texto é o ponto de partida para qualquer análise textual. Ela representa o processo de decodificação da mensagem explícita, ou seja, a habilidade de extrair informações diretamente do conteúdo apresentado pelo autor, sem a necessidade de agregar inferências ou significados subjetivos. Quando compreendemos um texto, estamos simplesmente absorvendo o que está dito de maneira clara, reconhecendo os elementos essenciais da comunicação, como o tema, os fatos e os argumentos centrais.

► A Compreensão em Textos Verbais

Nos textos verbais, que utilizam a linguagem escrita ou falada como principal meio de comunicação, a compreensão passa pela habilidade de ler com atenção e reconhecer as estruturas linguísticas. Isso inclui:

- **Vocabulário** : O entendimento das palavras usadas no texto é fundamental. Palavras desconhecidas podem comprometer a compreensão, tornando necessário o uso de dicionários ou ferramentas de pesquisa para esclarecer o significado.
- **Sintaxe**: A maneira como as palavras estão organizadas em frases e parágrafos também influencia o processo de compreensão. Sentenças complexas, inversões sintáticas ou o uso de conectores como conjunções e preposições requerem atenção redobrada para garantir que o leitor compreenda as relações entre as ideias.
- **Coesão e coerência**: são dois pilares essenciais da compreensão. Um texto coeso é aquele cujas ideias estão bem conectadas, e a coerência se refere à lógica interna do texto, onde as ideias se articulam de maneira fluida e compreensível.

Ao realizar a leitura de um texto verbal, a compreensão exige a decodificação de todas essas estruturas. É a partir dessa leitura atenta e detalhada que o leitor poderá garantir que absorveu o conteúdo proposto pelo autor de forma plena.

► A Compreensão em Textos Não-Verbais

Além dos textos verbais, a compreensão se estende aos textos não-verbais, que utilizam símbolos, imagens, gráficos ou outras representações visuais para transmitir uma mensagem. Exemplos de textos não-verbais incluem obras de arte, fotografias, infográficos e até gestos em uma linguagem de sinais.

A compreensão desses textos exige uma leitura visual aguçada, na qual o observador decodifica os elementos presentes, como:

- **Cores:** As cores desempenham um papel comunicativo importante em muitos contextos, evocando emoções ou sugerindo informações adicionais. Por exemplo, em um gráfico, cores diferentes podem representar categorias distintas de dados.
- **Formas e símbolos:** Cada forma ou símbolo em um texto visual pode carregar um significado próprio, como sinais de trânsito ou logotipos de marcas. A correta interpretação desses elementos depende do conhecimento prévio do leitor sobre seu uso.
- **Gestos e expressões:** Em um contexto de comunicação corporal, como na linguagem de sinais ou em uma apresentação oral acompanhada de gestos, a compreensão se dá ao identificar e entender as nuances de cada movimento.

► Fatores que Influenciam a Compreensão

A compreensão, seja de textos verbais ou não-verbais, pode ser afetada por diversos fatores, entre eles:

- **Conhecimento prévio:** Quanto mais familiarizado o leitor estiver com o tema abordado, maior será sua capacidade de compreender o texto. Por exemplo, um leitor que já conhece o contexto histórico de um fato poderá compreender melhor uma notícia sobre ele.
- **Contexto:** O ambiente ou a situação em que o texto é apresentado também influencia a compreensão. Um texto jornalístico, por exemplo, traz uma mensagem diferente dependendo de seu contexto histórico ou social.
- **Objetivos da leitura:** O propósito com o qual o leitor aborda o texto impacta a profundidade da compreensão. Se a leitura for para estudo, o leitor provavelmente será mais minucioso do que em uma leitura por lazer.

► Compreensão como Base para a Interpretação

A compreensão é o primeiro passo no processo de leitura e análise de qualquer texto. Sem uma compreensão clara e objetiva, não é possível seguir para uma etapa mais profunda, que envolve a interpretação e a formulação de inferências. Somente após a decodificação do que está explicitamente presente no texto, o leitor poderá avançar para uma análise mais subjetiva e crítica, onde ele começará a trazer suas próprias ideias e reflexões sobre o que foi lido.

A compreensão textual é um processo que envolve a decodificação de elementos verbais e não-verbais, permitindo ao leitor captar a mensagem essencial do conteúdo. Ela exige atenção, familiaridade com as estruturas linguísticas ou visuais e, muitas vezes, o uso de recursos complementares, como dicionários. Ao dominar a compreensão, o leitor cria uma base sólida para interpretar textos de maneira mais profunda e crítica.

TEXTOS VERBAIS E NÃO-VERBAIS

Na comunicação, os textos podem ser classificados em duas categorias principais: verbais e não-verbais. Cada tipo de texto utiliza diferentes recursos e linguagens para transmitir suas mensagens, sendo fundamental que o leitor ou observador saiba identificar e interpretar corretamente as especificidades de cada um.

► Textos Verbais

Os textos verbais são aqueles constituídos pela linguagem escrita ou falada, onde as palavras são o principal meio de comunicação. Eles estão presentes em inúmeros formatos, como livros, artigos, notícias, discursos, entre outros. A linguagem verbal se apoia em uma estrutura gramatical, com regras que organizam as palavras e frases para transmitir a mensagem de forma coesa e compreensível.

Características dos Textos Verbais:

- **Estrutura Sintática:** As frases seguem uma ordem gramatical que facilita a decodificação da mensagem.
- **Uso de Palavras:** As palavras são escolhidas com base em seu significado e função dentro do texto, permitindo ao leitor captar as ideias expressas.
- **Coesão e Coerência:** A conexão entre frases, parágrafos e ideias deve ser clara, para que o leitor compreenda a linha de raciocínio do autor.

Exemplos de textos verbais incluem:

- **Livros e artigos:** Onde há um desenvolvimento contínuo de ideias, apoiado em argumentos e explicações detalhadas.
- **Diálogos e conversas:** Que utilizam a oralidade para interações mais diretas e dinâmicas.
- **Panfletos e propagandas:** Usam a linguagem verbal de forma concisa e direta para transmitir uma mensagem específica.

A compreensão de um texto verbal envolve a decodificação de palavras e a análise de como elas se conectam para construir significado. É essencial que o leitor identifique o tema, os argumentos centrais e as intenções do autor, além de perceber possíveis figuras de linguagem ou ambiguidades.

► Textos Não-Verbais

Os textos não-verbais utilizam elementos visuais para se comunicar, como imagens, símbolos, gestos, cores e formas. Embora não usem palavras diretamente, esses textos transmitem mensagens completas e são amplamente utilizados em contextos visuais, como artes visuais, placas de sinalização, fotografias, entre outros.

Características dos Textos Não-Verbais:

- **Imagens e símbolos:** Carregam significados culturais e contextuais que devem ser reconhecidos pelo observador.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

HARDWARE E COMPONENTES COMPUTACIONAIS. HARDWARE: DISPOSITIVOS DE ARMAZENAMENTO, MEMÓRIAS E PERIFÉRICOS

HARDWARE E SOFTWARE

A informática é a área relacionada ao tratamento automático da informação por meio de recursos computacionais. Ela envolve o uso de computadores, programas, redes, dispositivos digitais e sistemas capazes de receber dados, processá-los, armazená-los e apresentar resultados úteis ao usuário. Em sentido amplo, a informática não se limita ao uso de computadores pessoais, pois também está presente em celulares, caixas eletrônicas, sistemas bancários, plataformas educacionais, equipamentos hospitalares, veículos, indústrias e diversos serviços digitais.

O termo “informação” é essencial para compreender essa área. Dados isolados, como números, letras ou símbolos, passam a ter valor quando são organizados e interpretados dentro de um contexto. Um computador, por exemplo, pode receber os dados de uma planilha de notas escolares, processá-los e gerar médias, relatórios e gráficos. Nesse processo, a informática transforma dados brutos em informações compreensíveis e úteis para a tomada de decisões.

► Diferença entre hardware e software

Componentes físicos e componentes lógicos

Em um sistema computacional, hardware e software são elementos complementares. O hardware corresponde à parte física do computador, isto é, tudo aquilo que pode ser tocado, como monitor, teclado, mouse, placa-mãe, processador, memória, impressora, gabinete, cabos e demais dispositivos. Já o software corresponde à parte lógica, formada por programas, sistemas e instruções que orientam o funcionamento da máquina.

Para compreender essa diferença de modo didático, pode-se comparar o computador a um corpo organizado. O hardware seria a estrutura física, composta por peças e dispositivos. O software seria o conjunto de comandos e regras que permite a essa estrutura executar tarefas. Um computador sem software é apenas um conjunto de componentes eletrônicos sem orientação funcional; por outro lado, um software sem hardware não possui meio físico para ser executado.

A tabela a seguir sintetiza as principais diferenças entre hardware e software, permitindo visualizar de maneira objetiva como esses dois elementos se distinguem e, ao mesmo tempo, se complementam no funcionamento do computador.

Aspecto comparado	Hardware	Software
Natureza	Parte física do computador	Parte lógica do computador
Forma de existência	Pode ser tocado e visualizado fisicamente	Não pode ser tocado; existe como instruções, códigos e programas
Função principal	Executar fisicamente as operações e permitir a interação com o sistema	Orientar, controlar e organizar o funcionamento do hardware
Exemplos	Teclado, mouse, monitor, processador, memória, HD, SSD e impressora	Sistema operacional, navegador, editor de texto, antivírus, aplicativos e jogos
Dependência	Precisa de software para executar tarefas úteis	Precisa de hardware para ser instalado, executado e utilizado
Tipo de problema comum	Falha física, mau contato, superaquecimento, desgaste ou quebra de componente	Erro de instalação, travamento, vírus, incompatibilidade ou falha de atualização

► **Relação de dependência entre hardware e software**

Funcionamento integrado do sistema computacional

Hardware e software dependem um do outro para que o computador funcione corretamente. Quando o usuário abre um programa, como um navegador de internet, o software envia instruções ao sistema operacional, que organiza o uso do processador, da memória, do armazenamento e dos dispositivos de rede. O hardware executa fisicamente essas operações, enquanto o software coordena o que deve ser feito.

Essa integração ocorre continuamente, mesmo em tarefas simples. Ao digitar uma palavra, o teclado envia sinais ao computador; o sistema interpreta esses sinais; o processador realiza operações; a memória guarda temporariamente as informações; e o monitor exibe o resultado. Assim, cada ação do usuário envolve uma sequência coordenada entre componentes físicos e instruções lógicas.

► **Ciclo básico de funcionamento de um sistema computacional**

Entrada, processamento, armazenamento e saída

O funcionamento básico de um sistema computacional pode ser compreendido por meio de quatro etapas principais: entrada, processamento, armazenamento e saída. Na entrada, o computador recebe dados por meio de dispositivos como teclado, mouse, microfone, câmera ou scanner. No processamento, o processador e a memória trabalham com esses dados conforme as instruções do software. No armazenamento, as informações podem ser guardadas temporariamente na memória ou de forma permanente em unidades como HD, SSD ou serviços em nuvem. Por fim, na saída, o resultado é apresentado ao usuário por meio do monitor, impressora, alto-falantes ou outros dispositivos.

Esse ciclo permite entender que o computador não “pensa” sozinho; ele executa instruções previamente definidas. Sua eficiência depende da qualidade do hardware, da adequação do software e da forma como ambos interagem. Por isso, conhecer os fundamentos de hardware e software é indispensável para usar, manter, avaliar e solucionar problemas em sistemas computacionais.

Você tem razão. A segunda seção ficou longa demais para o padrão que você definiu. Vou ajustar o material para trabalhar com seções mais enxutas, mantendo profundidade, mas sem excesso. Substitua a segunda seção por esta versão mais curta.

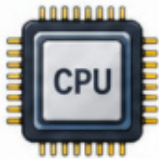
HARDWARE: COMPONENTES FÍSICOS DO COMPUTADOR

► **Conceito de hardware**

Parte física do sistema computacional

Hardware é o conjunto de componentes físicos que formam um computador ou dispositivo digital. Ele inclui peças internas, periféricos, cabos, placas, unidades de armazenamento e equipamentos de comunicação. Diferentemente do software, que corresponde aos programas e instruções, o hardware é a parte material do sistema, isto é, aquilo que pode ser tocado, conectado, substituído ou reparado.

A tabela a seguir organiza os principais grupos de hardware de forma didática, relacionando cada grupo à sua função no funcionamento do computador.

Grupo de hardware	Função	Exemplos
Processamento 	Executa instruções e operações lógicas.	Processador e placa de vídeo. 
Memória e armazenamento 	Guarda dados temporários ou permanentes.	RAM, ROM, HD, SSD e pen drive. 

CONHECIMENTOS REGIONAIS DO ESTADO

HISTÓRIA, GEOGRAFIA, CULTURA, ÉTICA, POLÍTICA E ECONOMIA DO ESTADO DO PIAUÍ

FORMAÇÃO HISTÓRICA DO PIAUÍ E CONSTRUÇÃO TERRITORIAL¹

► Origem territorial e sentido histórico do nome Piauí

A formação de uma identidade ligada aos rios, ao sertão e aos povos originários

O Piauí possui uma formação histórica marcada pela relação entre território, rios, deslocamentos humanos e ocupação do interior nordestino. O próprio nome do estado remete à presença indígena e à importância das águas na organização simbólica e material da região. A interpretação mais conhecida associa o topônimo Piauí à ideia de “rio das piabas”, indicando a força dos elementos naturais na nomeação do espaço. Também há interpretações que relacionam o nome à presença de pajés e povos indígenas, reforçando que, antes da colonização europeia, o território já era habitado, conhecido e culturalmente organizado por diferentes grupos nativos.

Essa dimensão anterior à colonização é fundamental para compreender o Piauí não como um espaço vazio posteriormente “descoberto”, mas como uma região de longa ocupação humana. A Serra da Capivara, no sudeste do estado, tornou-se um dos símbolos mais expressivos dessa antiguidade. Suas pinturas rupestres, seus vestígios arqueológicos e sua relevância científica indicam que o território piauiense ocupa lugar central nas discussões sobre os primeiros povoadamentos das Américas. Mesmo quando há debates acadêmicos sobre a datação de alguns achados, a importância cultural e histórica da região permanece incontestável, pois ela revela formas antigas de presença humana, expressão simbólica, adaptação ambiental e organização social.

► Colonização, pecuária e ocupação do interior

Um processo diferente de outras áreas do Nordeste

A colonização do Piauí apresentou uma característica particular: ocorreu predominantemente do interior para o litoral. Enquanto grande parte do Nordeste colonial foi estruturada inicialmente pela ocupação litorânea, pela economia açucareira e pelos portos, o Piauí foi ocupado sobretudo a partir da expansão da pecuária. Vaqueiros vindos do Vale do São Francisco penetraram no território em busca de pastagens, estabelecendo fazendas de gado ao longo de rios e áreas propícias à criação animal.

Esse movimento deu ao Piauí uma feição sertaneja muito forte. A pecuária organizou o espaço, estimulou a criação de caminhos internos, favoreceu o surgimento de núcleos populacionais e estruturou relações sociais baseadas na grande propriedade rural, no trabalho nas fazendas, na mobilidade dos vaqueiros e na ocupação de áreas distantes dos principais centros coloniais. O gado não foi apenas uma atividade econômica; ele moldou a sociedade, a cultura e a própria forma de povoamento do território.

A presença de sesmarias e grandes fazendas também revela os conflitos envolvidos nesse processo. A expansão colonial avançou sobre áreas ocupadas por povos indígenas, gerando confrontos, deslocamentos e perdas culturais. Além disso, africanos escravizados foram trazidos para trabalhar em atividades ligadas à pecuária e à agricultura, compondo uma sociedade marcada por desigualdades profundas, mas também por intensa mistura cultural.

► Capitania, vilas e consolidação política

Da Vila da Mocha a Oeiras

Com o crescimento da ocupação, o território piauiense passou por reorganizações administrativas. Após ter estado vinculado a outras jurisdições coloniais, foi criada a Capitania do Piauí no século XVIII. A Vila da Mocha, primeiro núcleo de maior importância política, foi elevada à condição de cidade com o nome de Oeiras, tornando-se a primeira capital. Esse momento foi decisivo para a institucionalização do território, pois significou maior presença administrativa, criação de vilas, organização política e tentativa de controle sobre uma região extensa e interiorizada.

Oeiras representou, durante muito tempo, o centro político e simbólico do Piauí colonial e imperial. Contudo, sua localização dificultava comunicações, circulação econômica e integração territorial. Essas limitações explicam os debates posteriores sobre a transferência da capital para uma área mais estratégica.

► Independência, memória cívica e mudança da capital

A Batalha do Jenipapo e a participação piauiense na Independência

A participação do Piauí no processo de Independência do Brasil foi intensa e marcada por conflito armado. A Batalha do Jenipapo, ocorrida em Campo Maior, tornou-se um dos principais marcos da memória histórica estadual. Nela, piauienses, cearenses e maranhenses enfrentaram tropas portuguesas em condições desiguais, muitas vezes com armas simples e pouca preparação militar formal. Mesmo diante das dificuldades, o episódio simboliza resistência, mobilização popular e adesão ao projeto de independência brasileira.

¹ <https://pt.wikipedia.org/wiki/Piau%C3%AD>

Posteriormente, o Piauí também foi afetado por movimentos políticos do período imperial, como a Confederação do Equador e a Balaiada, demonstrando que sua história não esteve isolada, mas conectada às tensões políticas e sociais do Brasil oitocentista.

Teresina e a reorganização do estado

A transferência da capital de Oeiras para Teresina, em 1852, representou uma mudança estratégica. Planejada às margens do rio Parnaíba, Teresina foi criada para favorecer a comunicação, o comércio e a integração política do território. Esse deslocamento expressou uma tentativa de modernização administrativa e econômica, além de simbolizar uma nova etapa na organização do Piauí.

Na República, o estado enfrentou dificuldades econômicas e sociais, mas também passou por processos de modernização, abertura de estradas, crescimento urbano, fortalecimento do comércio e, mais tarde, expansão de novas atividades produtivas. Assim, a formação histórica do Piauí revela uma trajetória marcada por antiguidade cultural, ocupação sertaneja, resistência política e esforço contínuo de integração territorial.

GEOGRAFIA DO PIAUÍ: TERRITÓRIO, PAISAGENS NATURAIS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL¹

► Localização, extensão territorial e importância regional

Um estado de transição entre o Nordeste, o Meio-Norte e o interior brasileiro

A geografia do Piauí é marcada por grande diversidade natural, territorial e ambiental. Localizado na Região Nordeste do Brasil, o estado ocupa uma posição estratégica entre áreas de influência nordestina, sertaneja e centro-norte do país. Faz divisa com Maranhão, Ceará, Pernambuco, Bahia e Tocantins, além de ser banhado pelo Oceano Atlântico ao norte. Apesar de possuir o menor litoral do Brasil, com cerca de 66 quilômetros de extensão, o Piauí apresenta significativa importância regional, pois combina áreas litorâneas, planícies fluviais, chapadas, cerrados, caatingas e zonas de transição vegetal.



Localização do estado do Piauí no território brasileiro

Com mais de 250 mil quilômetros quadrados, o Piauí está entre os maiores estados brasileiros em extensão territorial. Essa amplitude contribui para a existência de paisagens bastante variadas, que vão desde o litoral de Parnaíba e Luís Correia até as formações rochosas do sul do estado. Teresina, sua capital, localiza-se no interior, próxima ao encontro dos rios Poti e Parnaíba, sendo a única capital nordestina que não está situada à beira-mar. Essa característica reforça a importância histórica dos rios e das rotas internas na organização espacial piauiense.

► Relevo, clima e hidrografia

As formas do terreno e sua influência na vida social e econômica

O relevo do Piauí apresenta predominância de áreas planas e suavemente onduladas, mas também inclui chapadas, serras e formações de maior altitude, especialmente nas regiões sul, sudeste e nas áreas próximas às divisas com Ceará, Pernambuco e Bahia. Entre as principais unidades do relevo destacam-se as planícies litorâneas e aluvionares, a Depressão Sertaneja, os Planaltos e

https://pt.wikipedia.org/wiki/Geografia_do_Piau%C3%AD

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

FUNDAMENTOS DA SOCIOEDUCAÇÃO; EXECUÇÃO DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS; ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO

FUNDAMENTOS DA SOCIOEDUCAÇÃO

► Sentido jurídico, pedagógico e social da socioeducação

A socioeducação constitui um campo de intervenção pública voltado à responsabilização de adolescentes pela prática de ato infracional, com preservação de sua condição peculiar de desenvolvimento e garantia de direitos. Sua finalidade não se reduz à resposta estatal diante de uma conduta ilícita, pois envolve a construção de condições institucionais, familiares, comunitárias e subjetivas para que o adolescente compreenda os efeitos de seus atos, reorganize vínculos sociais e acesse oportunidades concretas de desenvolvimento. A dimensão socioeducativa exige equilíbrio entre responsabilização e proteção integral, sem transformar o atendimento em punição desprovida de finalidade formativa.

O fundamento central da socioeducação está na compreensão de que adolescentes não podem ser tratados como adultos em miniatura nem como sujeitos sem responsabilidade. A intervenção deve reconhecer a autoria do ato infracional, os danos produzidos, os direitos das pessoas envolvidas e a necessidade de resposta organizada pelo poder público. Ao mesmo tempo, deve considerar que a adolescência é marcada por processos de formação da identidade, experimentação de papéis sociais, busca de pertencimento e maior exposição a influências familiares, territoriais, econômicas e culturais.

Responsabilização sem ruptura com a proteção

A responsabilização socioeducativa não equivale à vingança institucional nem à neutralização social do adolescente. Ela se organiza como um processo de reconhecimento do ato praticado, de compreensão de seus impactos e de construção de trajetórias menos vulneráveis à repetição de condutas lesivas. A proteção integral, nesse contexto, não elimina a responsabilização; ela define os limites éticos e técnicos dessa responsabilização. A medida deve produzir responsabilização possível, proporcional, individualizada e orientada ao desenvolvimento.

A socioeducação também se apoia na ideia de que o ato infracional não pode ser interpretado isoladamente. A conduta individual existe, mas sua análise exige atenção às condições de vida, ao acesso a políticas públicas, ao histórico de vínculos, à escolarização, à convivência familiar, à saúde mental, às

experiências de violência e às dinâmicas do território. Esse olhar não serve para justificar a infração, mas para orientar respostas institucionais capazes de enfrentar fatores que aumentam a vulnerabilidade social e relacional.

Alguns eixos estruturam a identidade da socioeducação como prática pública qualificada:

- Responsabilização: reconhecimento do ato praticado, de suas consequências e da necessidade de resposta proporcional.
- Proteção integral: garantia de direitos fundamentais durante todo o processo de atendimento.
- Individualização: adequação da intervenção à história, às necessidades e às possibilidades concretas do adolescente.
- Convivência comunitária: preservação e reconstrução de vínculos familiares, territoriais e institucionais sempre que compatíveis com a proteção.
- Finalidade educativa: organização de experiências capazes de favorecer autonomia, pertencimento social e participação responsável.

► Natureza interdisciplinar da intervenção socioeducativa

A socioeducação depende de articulação entre saberes jurídicos, pedagógicos, psicológicos, sociais, administrativos e comunitários. Nenhuma dessas áreas, isoladamente, esgota a complexidade do atendimento. O campo jurídico delimita garantias, procedimentos, direitos e deveres. A pedagogia organiza experiências formativas e rotinas educativas. O trabalho social interpreta vínculos, território, rede de proteção e condições de acesso a políticas públicas. A psicologia contribui para a compreensão de processos subjetivos, relacionais e comportamentais, sem reduzir o adolescente a diagnósticos ou rótulos.

A interdisciplinaridade não significa soma mecânica de pareceres, mas construção compartilhada de compreensão e intervenção. A equipe deve produzir uma leitura integrada da situação, evitando respostas fragmentadas que se contradizem ou se anulam. A socioeducação exige planejamento, registro, avaliação contínua e comunicação entre serviços, pois a vida do adolescente atravessa escola, família, saúde, assistência social, cultura, esporte, trabalho protegido, segurança alimentar, documentação civil e convivência comunitária.

PRINCÍPIOS ESTRUTURANTES DA SOCIOEDUCAÇÃO

► Dignidade, legalidade e respeito à condição de desenvolvimento

A dignidade da pessoa humana orienta todas as práticas socioeducativas, inclusive quando há restrição de liberdade ou imposição de obrigações. O adolescente submetido a medida socioeducativa permanece titular de direitos e não pode ser tratado como objeto de controle, ameaça permanente ou identidade infracional fixa. A instituição deve assegurar tratamento respeitoso, escuta qualificada, preservação da integridade física e psíquica, acesso a informações compreensíveis e proteção contra qualquer forma de violência, humilhação ou discriminação.

A legalidade impõe que a medida, sua execução e suas consequências estejam submetidas a limites previamente definidos. A atuação institucional não pode se basear em arbitrariedade, castigo informal, improviso disciplinar ou ampliação indevida das restrições impostas. Mesmo em contextos de conflito, a resposta técnica deve permanecer vinculada a procedimentos claros, registros adequados e critérios compatíveis com a finalidade socioeducativa. A legalidade protege o adolescente, a equipe e a própria legitimidade do serviço.

Condição peculiar de desenvolvimento

A condição peculiar de desenvolvimento exige que a intervenção considere a adolescência como fase de formação biológica, emocional, social e moral. Isso não significa ausência de responsabilidade, mas reconhecimento de que a responsabilidade deve ser construída por meio de linguagem acessível, mediações educativas, oportunidades de reflexão e experiências institucionais consistentes. A medida não pode operar como simples imposição externa, pois sua eficácia depende de apropriação progressiva pelo adolescente.

A prática socioeducativa deve evitar duas distorções frequentes. A primeira é a infantilização, que trata o adolescente como incapaz de compreender deveres e consequências. A segunda é a adultização, que ignora sua fase de desenvolvimento e aplica expectativas incompatíveis com sua maturidade. Entre esses extremos, a socioeducação trabalha com corresponsabilização, estabelecendo limites, exigindo participação e oferecendo suporte.

► Brevidade, excepcionalidade e proporcionalidade das restrições

A restrição de direitos somente se justifica quando necessária, adequada e proporcional à situação concreta. A socioeducação não deve ampliar a intervenção estatal para além do indispensável nem converter a medida em mecanismo de segregação social. Quanto mais intensa a restrição, maior deve ser o rigor na fundamentação, no controle institucional e na garantia de direitos. A privação ou restrição de liberdade não pode substituir políticas públicas ausentes, vínculos familiares fragilizados ou dificuldades escolares acumuladas.

A brevidade relaciona-se ao limite temporal da medida e à necessidade de evitar permanências desnecessárias. A excepcionalidade impede que respostas mais gravosas sejam usadas como padrão. A proporcionalidade exige compatibilidade entre o ato praticado, a trajetória do adolescente, suas condições

pessoais, os riscos existentes e as possibilidades efetivas de atendimento. Esses princípios reduzem abusos e preservam o caráter educativo da intervenção.

Os critérios abaixo orientam a aplicação responsável de restrições no campo socioeducativo:

- Necessidade: a restrição deve responder a uma finalidade legítima e não substituível por medida menos gravosa.
- Adequação: a providência adotada precisa ser capaz de contribuir para o objetivo socioeducativo.
- Proporcionalidade: a intensidade da medida deve guardar relação com a gravidade do fato e com a situação individual.
- Temporalidade: a intervenção deve durar apenas enquanto conservar justificativa técnica e jurídica.
- Controle institucional: decisões restritivas exigem registro, fundamentação e possibilidade de revisão.

Participação e escuta qualificada

A participação do adolescente no processo socioeducativo fortalece a legitimidade da medida e amplia suas possibilidades formativas. Escutar não significa aceitar automaticamente toda narrativa apresentada, mas criar condições para que o adolescente compreenda o processo, manifeste percepções, reconheça conflitos e participe da definição de metas. A escuta qualificada também alcança família, responsáveis e rede de atendimento, pois a medida raramente produz efeitos consistentes quando isolada do contexto relacional.

A participação precisa ser concreta. Metas incompreensíveis, documentos meramente formais e decisões tomadas sem diálogo reduzem a medida a burocracia. O adolescente deve saber quais compromissos foram estabelecidos, quais direitos serão garantidos, quais consequências podem decorrer do descumprimento e quais apoios estarão disponíveis. A clareza institucional evita arbitrariedades e favorece maior adesão ao processo.

DIMENSÃO PEDAGÓGICA, VÍNCULO INSTITUCIONAL E DESENVOLVIMENTO DA AUTONOMIA

► Educação como organização de experiências formativas

A dimensão pedagógica da socioeducação ultrapassa a escolarização formal, embora a escola seja componente essencial. Educar, no campo socioeducativo, significa organizar experiências que permitam ao adolescente reconhecer limites, elaborar conflitos, desenvolver habilidades sociais, reconstruir projetos de vida e ampliar sua participação em espaços legítimos de convivência. A medida precisa criar rotinas, responsabilidades e oportunidades que tenham coerência com a vida concreta do adolescente.

A pedagogia socioeducativa opera por mediação. A regra institucional, o horário, a atividade coletiva, o atendimento individual, o diálogo com a família, a reparação possível e a participação em serviços públicos podem funcionar como experiências educativas quando articulados por intencionalidade técnica. Sem essa intencionalidade, a rotina transforma-se em mera ocupação do tempo ou em mecanismo disciplinar vazio. A socioeducação exige que cada intervenção tenha sentido, finalidade e relação com metas individualizadas.

LEGISLAÇÃO E ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

LEGISLAÇÃO APLICADA AO SERVIÇO PÚBLICO: LEI FEDERAL Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018 - LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD); LEI FEDERAL Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011 - LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO (LAI)

LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

Parágrafo único. As normas gerais contidas nesta Lei são de interesse nacional e devem ser observadas pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios. (Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019) Vigência

Art. 2º A disciplina da proteção de dados pessoais tem como fundamentos:

- I - o respeito à privacidade;
- II - a autodeterminação informativa;
- III - a liberdade de expressão, de informação, de comunicação e de opinião;
- IV - a inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem;
- V - o desenvolvimento econômico e tecnológico e a inovação;
- VI - a livre iniciativa, a livre concorrência e a defesa do consumidor; e
- VII - os direitos humanos, o livre desenvolvimento da personalidade, a dignidade e o exercício da cidadania pelas pessoas naturais.

Art. 3º Esta Lei aplica-se a qualquer operação de tratamento realizada por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, independentemente do meio, do país de sua sede ou do país onde estejam localizados os dados, desde que:

- I - a operação de tratamento seja realizada no território nacional;

II - a atividade de tratamento tenha por objetivo a oferta ou o fornecimento de bens ou serviços ou o tratamento de dados de indivíduos localizados no território nacional; ou (Redação dada pela Lei nº 13.853, de 2019) Vigência

III - os dados pessoais objeto do tratamento tenham sido coletados no território nacional.

§1º Consideram-se coletados no território nacional os dados pessoais cujo titular nele se encontre no momento da coleta.

§2º Excetua-se do disposto no inciso I deste artigo o tratamento de dados previsto no inciso IV do caput do art. 4º desta Lei.

Art. 4º Esta Lei não se aplica ao tratamento de dados pessoais:

- I - realizado por pessoa natural para fins exclusivamente particulares e não econômicos;
- II - realizado para fins exclusivamente:
 - a) jornalístico e artísticos; ou
 - b) acadêmicos, aplicando-se a esta hipótese os arts. 7º e 11 desta Lei;
- III - realizado para fins exclusivos de:
 - a) segurança pública;
 - b) defesa nacional;
 - c) segurança do Estado; ou
 - d) atividades de investigação e repressão de infrações penais; ou

IV - provenientes de fora do território nacional e que não sejam objeto de comunicação, uso compartilhado de dados com agentes de tratamento brasileiros ou objeto de transferência internacional de dados com outro país que não o de proveniência, desde que o país de proveniência proporcione grau de proteção de dados pessoais adequado ao previsto nesta Lei.

§1º O tratamento de dados pessoais previsto no inciso III será regido por legislação específica, que deverá prever medidas proporcionais e estritamente necessárias ao atendimento do interesse público, observados o devido processo legal, os princípios gerais de proteção e os direitos do titular previstos nesta Lei.

§2º É vedado o tratamento dos dados a que se refere o inciso III do caput deste artigo por pessoa de direito privado, exceto em procedimentos sob tutela de pessoa jurídica de direito público, que serão objeto de informe específico à autoridade nacional e que deverão observar a limitação imposta no §4º deste artigo.

§3º A autoridade nacional emitirá opiniões técnicas ou recomendações referentes às exceções previstas no inciso III do caput deste artigo e deverá solicitar aos responsáveis relatórios de impacto à proteção de dados pessoais.

§4º Em nenhum caso a totalidade dos dados pessoais de banco de dados de que trata o inciso III do caput deste artigo poderá ser tratada por pessoa de direito privado, salvo por aquela que possua capital integralmente constituído pelo poder público. (Redação dada pela Lei nº 13.853, de 2019) Vigência

Art. 5º Para os fins desta Lei, considera-se:

I - dado pessoal: informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável;

II - dado pessoal sensível: dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural;

III - dado anonimizado: dado relativo a titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento;

IV - banco de dados: conjunto estruturado de dados pessoais, estabelecido em um ou em vários locais, em suporte eletrônico ou físico;

V - titular: pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento;

VI - controlador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais;

VII - operador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador;

VIII - encarregado: pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD); (Redação dada pela Lei nº 15.352, de 2026)

IX - agentes de tratamento: o controlador e o operador;

X - tratamento: toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração;

XI - anonimização: utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo;

XII - consentimento: manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada;

XIII - bloqueio: suspensão temporária de qualquer operação de tratamento, mediante guarda do dado pessoal ou do banco de dados;

XIV - eliminação: exclusão de dado ou de conjunto de dados armazenados em banco de dados, independentemente do procedimento empregado;

XV - transferência internacional de dados: transferência de dados pessoais para país estrangeiro ou organismo internacional do qual o país seja membro;

XVI - uso compartilhado de dados: comunicação, difusão, transferência internacional, interconexão de dados pessoais ou tratamento compartilhado de bancos de dados pessoais por órgãos e entidades públicos no cumprimento de suas competências legais, ou entre esses e entes privados, reciprocamente, com autorização específica, para uma ou mais modalidades de tratamento permitidas por esses entes públicos, ou entre entes privados;

XVII - relatório de impacto à proteção de dados pessoais: documentação do controlador que contém a descrição dos processos de tratamento de dados pessoais que podem gerar riscos às liberdades civis e aos direitos fundamentais, bem como medidas, salvaguardas e mecanismos de mitigação de risco;

XVIII - órgão de pesquisa: órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta ou pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos legalmente constituída sob as leis brasileiras, com sede e foro no País, que inclua em sua missão institucional ou em seu objetivo social ou estatutário a pesquisa básica ou aplicada de caráter histórico, científico, tecnológico ou estatístico; e (Redação dada pela Lei nº 13.853, de 2019) Vigência

XIX - autoridade nacional: entidade da administração pública responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento desta Lei em todo o território nacional. (Redação dada pela Lei nº 15.352, de 2026)

Art. 6º As atividades de tratamento de dados pessoais deverão observar a boa-fé e os seguintes princípios:

I - finalidade: realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades;

II - adequação: compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas ao titular, de acordo com o contexto do tratamento;

III - necessidade: limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento de dados;

IV - livre acesso: garantia, aos titulares, de consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integralidade de seus dados pessoais;

V - qualidade dos dados: garantia, aos titulares, de exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento;

VI - transparência: garantia, aos titulares, de informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento, observados os segredos comercial e industrial;

VII - segurança: utilização de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão;

VIII - prevenção: adoção de medidas para prevenir a ocorrência de danos em virtude do tratamento de dados pessoais;

IX - não discriminação: impossibilidade de realização do tratamento para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos;

X - responsabilização e prestação de contas: demonstração, pelo agente, da adoção de medidas eficazes e capazes de comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados pessoais e, inclusive, da eficácia dessas medidas.